

Receita pagará lote especial de restituição em julho

Consulta poderá ser feita a partir de 8 de julho

A Receita Federal pagará, em 15 de julho, um lote especial de restituição automática do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A medida contempla contribuintes que tiveram imposto retido na fonte ao longo de 2024, mas não se enquadram nos critérios de obrigatoriedade de entrega da declaração.

A consulta poderá ser feita a partir do dia 8 de julho, por meio do serviço Meu Imposto de Renda, no site ou no aplicativo da Receita Federal. O pagamento será feito exclusivamente em



conta vinculada à chave Pix

O lote especial é destinado a contribuintes que não

precisaram declarar, mas tiveram imposto retido em 2024. Serão pagas restituições de até R\$ 1 mil. Cerca de 4 milhões de pessoas podem ser contempladas nessa iniciativa piloto, com liberação aproximada de R\$ 500 milhões em restituições.

Em nota, a Receita Federal informou que a geração das declarações está ocorrendo de forma gradual desde segunda-feira (15), “podendo se estender por alguns dias, considerando o volume estimado de cerca de 4 milhões de contribuintes” (ABR).

Insegurança jurídica trava R\$ 40 bilhões em precatórios previdenciários

Isadora de Assis e Souza (*)

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai decidir, em recurso repetitivo, por meio do Tema 1.418, se os titulares de precatórios previdenciários podem vendê-los para antecipar o recebimento. A tese que for firmada no julgamento do STJ terá efeito vinculante e poderá redefinir a dinâmica de um segmento que corresponde a R\$ 40 bilhões, e que possui reflexos diretos na vida financeira de milhares de brasileiros.

Como o pagamento de precatórios costuma levar anos, muitos beneficiários optam por vender seus créditos a terceiros. Até aí, tudo bem, mas a questão surge quando esses precatórios são de origem previdenciária: de um lado, a Constituição Federal permite a cessão de precatórios sem restrições relevantes. De outro, a legislação previdenciária proíbe a venda de benefícios, com o objetivo de proteger a renda de aposentados e pensionistas. O ponto central do debate é saber se, após se transformar em precatório, esse crédito ainda deve ser tratado como benefício ou como um ativo financeiro disponível.

Recentemente, alguns Juízes Federais têm apontado uma possível incompatibilidade entre as normas previdenciárias e a Constituição, o que vem gerando uma onda de indeferimentos das cessões desses créditos pelos seus titulares. O assunto chegou ao STJ, que reconheceu a divergência de entendimentos judiciais sobre a questão e determinou o julgamento sob a forma de Recurso Repetitivo - quando a decisão da Corte Superior deve ser observada por todos os Tribunais e Juízes, em qualquer instância.

A definição do STJ será determinante para trazer previsibilidade ao mercado e, prin-

cipalmente, para manter essa opção de financiamento disponível para esse segmento da população. Dependendo do resultado do julgamento, podemos ter expansão do mercado com efetiva redução do custo financeiro da cessão de precatório e impacto direto no preço pago ao beneficiário, ou uma retração imediata, com a retirada dessa opção de liquidez dos beneficiários.

A atual indefinição tem efeitos práticos no mercado: investidores tendem a reavaliar ofertas e instituições financeiras podem suspender operações, o que impacta diretamente na vida dos beneficiários, que perdem alternativas de liquidez. Em contratos já firmados, uma decisão contrária pode gerar contestações e litígios, sobrecarregando o Judiciário com discussões sobre o assunto, elevando custos e prazos.

A discussão não é apenas técnica. Há um equilíbrio a ser preservado entre proteção social, evitando que a renda essencial seja esvaziada por alienações desproporcionais, e liberdade econômica, que permite a negociação de créditos em um mercado que movimenta bilhões. Muitos beneficiários recorrem à cessão do precatório como solução legítima para necessidades imediatas; precisamos achar um ponto que assegure ambos os interesses.

A recomendação diante desse cenário complexo e em constante evolução, é acompanhar de perto a jurisprudência e verificar a posição de cada TRF antes de qualquer cessão. A decisão do STJ pode mudar drasticamente as práticas atuais e deve ser considerada como um fator essencial na tomada de decisões.

(*) Isadora de Assis e Souza é diretora de operações da PJUS (<https://pjus.com.br>)

Brasil absorveu melhor o impacto da alta do petróleo

Os preços da gasolina e do diesel subiram menos no Brasil do que a média internacional, após o conflito contra o Irã provocado pelos Estados Unidos e por Israel. O levantamento comparativo foi elaborado pelo Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Inep) - um centro de estudos vinculado à Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Entre 23 de fevereiro e 8 de junho, o percentual mundial médio de aumento foi de 17,5% para a gasolina e de 23,3% para o diesel, enquanto, no Brasil as altas foram de 4,9% e 13,6%, respectivamente. No período, a pressão por aumento de preços de combustíveis no Brasil foi significativamente inferior à constatada nos Estados Unidos e na Argentina, por exemplo.

Nos EUA, principal economia mundial e maior consumidora de derivados de petróleo, a gasolina

subiu 36,1%, e o diesel, 36,8%. Na Argentina, maior parceiro econômico do Brasil na América do Sul, os aumentos foram, respectivamente, de 21,1% e 23,7%.

De acordo com o Inep, a política de preços e subsídios do governo federal favoreceu a estabilização do preço dos combustíveis no Brasil.

“As medidas emergenciais adotadas para conter os efeitos do choque do petróleo sobre os preços dos combustíveis foram muito importantes”, avalia nota à imprensa divulgada nesta quinta (18) na nova edição do Boletim de Preços dos Combustíveis, publicado pelo instituto.

Vulnerabilidades

O Inep considera, no entanto, que as medidas são “insuficientes para enfrentar vulnerabilidades estruturais do setor.”

Para o centro de estudo, “a redução da exposição do mercado doméstico

à volatilidade internacional depende de uma estratégia de longo prazo baseada no fortalecimento da Petrobras, na expansão da capacidade de refino e na recomposição de sua presença nos elos estratégicos da cadeia de abastecimento, especialmente na distribuição” (ABR).

O intervalo de tempo em que o Inep observa a variação dos preços dos combustíveis inclui o início das operações aéreas contra o Irã e a morte de Ali Khamenei, líder religioso supremo do país. Cobre também os meses de paralisação da rota marítima no Estreito de Ormuz e o início das negociações diplomáticas entre o Irã e os Estados Unidos para término do conflito.

No período, o Inep ainda verifica que o álcool (etanol hidratado) “apresentou queda expressiva, de 7,3%, refletindo o início da safra 2026/2027 e aumento da oferta, em intensidade ainda maior do que a observada em anos anteriores.” (ABR)

NEGÓCIOS em PAUTA
nelson.tucci@netjen.com.br

Suape cresce 27%

O Complexo Industrial Portuário de **Suape**, localizado na Região Metropolitana do Recife, movimentou 11.268.644 toneladas de cargas entre janeiro e maio deste ano, volume 26,9% superior ao registrado no mesmo período de 2025. O resultado consolida a trajetória de crescimento observada desde o início de 2026 e reforça a posição estratégica deste porto na logística nacional. O atracadouro pernambucano figura como o quarto porto público mais movimentado do país, de acordo com ranking da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O desempenho positivo já havia sido sinalizado em janeiro, quando Suape registrou aumento de 38,6% na movimentação de cargas e de 26,2% nas atracações na comparação com o primeiro mês de 2025.

Farizon no Sambódromo

Entre os dias 22 e 25 de junho, a **Farizon** participará da Future Mobility 2026 com uma série de experiências voltadas ao transporte comercial eletrificado. No Sambódromo do Anhembi, Zona Norte de São Paulo, visitantes poderão realizar test drives dos modelos V6E e SuperVan e conhecer de perto a Oficina Móvel Farizon SuperVan, estrutura desenvolvida para levar assistência técnica diretamente às operações dos clientes. Segundo Rodrigo Pikussa, diretor executivo da Unidade de Veículos Elétricos da Farizon no Brasil, além de apresentar o atual portfólio de vans elétricas, “queremos proporcionar uma experiência que permita ao público entender como a eletrificação é aplicada no dia a dia das operações comerciais, desde o veículo até a estrutura completa de suporte necessária para garantir disponibilidade, produtividade e eficiência para os clientes”.

Cosméticos próprios

Em um setor saturado por marcas terceirizadas e embaladas por marketing de influência, a **Ecosmetics** tenta ocupar um espaço mais difícil, segundo sua própria definição: o das indústrias que fabricam, exportam e inovam em cosméticos próprios. Fundada por um ex-professor de artes marciais, a empresa aposta agora em uma nova fase de crescimento com

a abertura de um centro de distribuição no Espírito Santo. Nascida em Teixeira de Freitas, sul da Bahia, hoje exporta para 74 países, com produtos voltados a salões de beleza e barbearias. A empresa estima faturar R\$ 200 milhões neste ano, a partir de um redesenho estratégico que inclui a conversão da rede de distribuidores em franquias e o lançamento de uma nova fábrica voltada para pó descolorante, produto com alta demanda e complexidade de fabricação.

Ambiente incerto

As frequentes mudanças em normas e marcos regulatórios estão aumentando a preocupação das empresas com a previsibilidade dos negócios e a segurança jurídica. De acordo com o relatório **Risk in Focus 2026 América Latina** - do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil) - 49% dos executivos apontam as mudanças regulatórias como um dos principais riscos para as organizações, refletindo um ambiente cada vez mais complexo para decisões de investimento, expansão e inovação. O documento detalha que setores como serviços financeiros (53%), setor público (55%), educação (53%) e atividades profissionais/técnicas (62%) têm maior percepção de risco regulatório. Empresas brasileiras desses setores estão incluídas.

Gestão e Reforma Tributária

Estudo da Deloitte mostra que 51% dos empresários acreditam no aumento da carga tributária para os próximos anos no Brasil. Para minimizar os impactos desse cenário, a startup **Busca.Legal**, especializada no uso de IA no setor fiscal, firmou uma parceria com a organização sem fins lucrativos TEWA para facilitar o uso de ferramentas tecnológicas que viabilizem a adaptação das empresas à Reforma Tributária. O acordo prioriza a contribuição para que os sistemas de gestão fiscal e contábil das instituições, ligadas à TEWA, estejam adequados às novas regras tributárias, possibilitando a atualização do ERP (software de gestão empresarial) e a emissão de notas fiscais, de acordo com a legislação atual. “Embora 2026 seja tratado como um ano de fase de testes, a obrigatoriedade de adaptação atinge a maioria.

www.netjen.com.br

MUNDO ESG nelson.tucci@netjen.com.br

NR-1 na berlinda

Saiu decisão de primeiro grau em São Paulo atendendo pedido da Fiesp para impedir a aplicação de penalidades ligadas aos riscos psicossociais na **NR-1** (Processo n.º 5014656-74.2026 - 9ª vara federal cível de São Paulo). Segundo informação divulgada no site da própria Fiesp, a liminar alcança cerca de 130 mil empresas representadas pela entidade e por mais de 100 sindicatos patronais filiados. Cabe destacar que se trata de decisão judicial em primeiro grau, sujeita a desdobramentos e recursos, portanto. Analistas de Governança alertam que se esse entendimento se espalhar para outras federações, o risco não é só jurídico. É desorganizar o mercado e punir quem já avançou. E isso pode vir a cobrar um preço em governança e reputação que não aparece na sentença, mas aparece na prática.

Fórum debaterá estratégias

O **Fórum ESG O Povo** chega à sua terceira edição como um dos principais espaços de debate sobre sustentabilidade, governança e responsabilidade social no ambiente corporativo e institucional. Em um contexto marcado por mudanças climáticas, transformações econômicas globais e pela crescente exigência por práticas mais transparentes e responsáveis, o evento reúne lideranças empresariais (sobretudo do Nordeste), especialistas, representantes do setor público e agentes da economia de impacto para discutir como o ESG vem deixando de ser tendência e se consolidando como estratégia para competitividade, longevidade e geração de valor. <https://www.sympla.com.br/evento/iii-forum-esg-o-povo/3440069>

Rede Amazônia +Conectada

O **Grupo +Unidos** conquistou o primeiro lugar na categoria “Ação Comunitária e Impacto Social” do Prêmio ESG, considerado o maior reconhecimento

de ESG e sustentabilidade do Brasil. A vitória veio com o Rede Amazônia +Conectada, iniciativa voltada à inclusão digital, geração de renda e desenvolvimento local em comunidades da Amazônia Legal. A proposta combina conectividade, qualificação profissional e acesso a ferramentas de capacitação para ampliar renda, empregabilidade e empreendedorismo em territórios amazônicos. A organização já impactou mais de 2 milhões de pessoas em suas iniciativas. Na ação premiada, 48% dos participantes declararam aumento de renda nos seis primeiros meses de participação, com crescimento médio de cerca de 1/3 na renda individual.

Baterias e sistemas

A **Powersafe**, fabricante nacional de baterias e sistemas de energia, vai apresentar, durante a feira **Eletrolar Show 2026**, ambientes de cozinha, sala, home office e camping, com equipamentos reais de cada um deles conectados diretamente às estações de energia portátil EcoFlow. A proposta é mostrar aos varejistas, distribuidores e empreendedores que há um mercado emergente, ainda pouco explorado no Brasil e com alto potencial de crescimento para quem busca diversificar os negócios com tecnologias de armazenamento de energia portátil.

Venezuela busca energia

A Venezuela começa a se abrir ao mercado internacional, para além dos Estados Unidos. Na semana que passou, a presidente interina assinou memorando com a GE Vernova (empresa sediada em Massachusetts, EUA, operando em 140 países) para discutir o suprimento de energia, uma vez que a Venezuela perdeu a capacidade de geração, o que vem castigando o setor há algum tempo. A brasileira Eneva, empresa de capital aberto (controlada pelo BTG) também se interessa em conversar, admitiu o CEO da companhia, em entrevista. A ver os próximos passos.